



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GUARIBA
"Cidade Primavera"

PARECER JURÍDICO

Referência. Projeto de lei nº 086/2015

Autoria Executivo Municipal de Guariba

Assunto. "dispõe sobre o acréscimo do parágrafo único, ao artigo 43 da lei municipal 2.716 de 19/09/2013, que alterou a lei municipal 2.047 de 11/03/2005, com vistas a adotar as novas regras sobre processo de escolha, remuneração e demais direitos dos membros do Conselho Tutelar, estabelecidas pela Lei Federal número 12.696 de 25/07/2012, e dá outras providências"

O presente Projeto tem testemunho jurídico na Lei Orgânica do Município de Guariba e demais normas aplicáveis no ordenamento jurídico.

Dispõe o artigo 73, da Lei Orgânica do Município, que compete privativamente ao Prefeito Municipal coordenar atos referentes a situação funcional dos servidores, bem como dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal.

É um órgão público, criado por Lei, que integra definitivamente o conjunto das instituições brasileiras, estando portanto sujeito e subordinado ao ordenamento jurídico do País e que, em suas decisões, tem autonomia para desempenhar as atribuições que lhe são confiadas pelo Estatuto Federal que o instituiu.

Assim, exerce portanto funções de caráter administrativo, dependendo da órbita do Poder Executivo, a que fica vinculado para os efeitos administrativos da sua existência como órgão que executa funções públicas.

Os requisitos para se tornar um conselheiro tutelar são estabelecidos primeiramente pela lei federal 8069/90, artigo 133, requisitos essenciais que serão combinados com a legislação municipal para que o candidato preencha todos os ditames estabelecidos.

Cidadania, Fé e Respeito à Nossa Gente.



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GUARIBA
"Cidade Primavera"

O Conselho Tutelar vincula-se ao Poder Executivo, representado em sua esfera municipal pela Prefeitura. Sendo certo que a FONTE CONSTITUCIONAL E LEGAL DOS PODERES ATRIBUÍDOS AO CONSELHO TUTELAR são os artigos 24 - XV e par. 10. e artigo 30 - II e V e 204 da Constituição Federal. Título V do Livro II da Lei Federal 8.069 que trata das normas gerais federais a que se refere a Constituição Federal.

Trata-se de serviço público de interesse local (segundo arts. 227, par. 7º e 204 C.F.) a ser criado em obediência a norma geral federal (art. 204, I, C.F.) nos termos do parágrafo primeiro e do inciso XV do artigo 24 da Constituição Federal, por lei municipal, conforme incisos V e II do artigo 30 da mesma Constituição.


Ou seja, cumprindo a norma geral federal (O Estatuto da Criança e do Adolescente), a lei municipal suplementa a legislação federal, organizando um serviço público local que tem caráter essencial no campo da proteção à infância e à juventude.

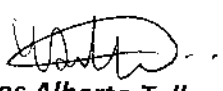
Neste sentido, O Conselho Tutelar exerce, sem dúvida, uma política de atendimento voltada à criança e ao adolescente, para fins específicos, em face de sua natureza, de sua função equiparada a de um servidor público, sendo certo que as leis municipais estabelecerão os direitos sociais dos conselheiros a exemplo de férias, licenças maternidade e paternidade, enfim, direitos assegurados com fulcro na Constituição Federal de 1988, inclusive garantias asseguradas no artigo 43, parágrafo único introduzidas.

Assim, uma vez atendidos os preceitos da lei, e cumpridas às formalidades exigidas, esta Procuradoria entende que o presente Projeto encontra amparado dentro dos princípios legais, podendo ser aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Este é o parecer S.M. J.

Guariba/SP, 30 de Novembro de 2015.


Michelle Alves Verde
Procuradora Jurídica


Carlos Alberto Telles
Procurador Jurídico

Cidadania, Fé e Respeito à Nossa Gente.